

ESPAÇO, REGIÃO E HISTÓRIA SOCIAL

Jiani Fernando Langaro

RESUMO

O trabalho tem por objetivo realizar uma discussão teórica sobre a necessidade e possibilidade de se pensar, dentro do campo da história, as noções de espaço e região, deixando de considerá-las como algo “natural”, como “palco” sobre o qual se desenvolvem os processos históricos, mas como conceitos socialmente criados, em meio a relações sociais e de poder, e dotados de historicidade. Para tanto, dialoga com trabalhos produzidos em diferentes áreas das ciências humanas, produzidos a partir da década de 1970, e que oferecem subsídios para se “desnaturalizar” as referências espaciais. Busca, também, nos debates e reflexões elaborados por intelectuais integrantes dos Estudos Culturais britânicos, elementos que auxiliem a pensar as tensões sociais e as relações de classe, que podem envolver os processos de significar um determinado espaço. Constata-se que, compreender o espaço, a região e outras escalas, como produção humana, possui um grande potencial no sentido de permitir que sujeitos e grupos subalternos possam controlar esses processos, podendo tornar o espaço um instrumento de luta política e social.

Palavras-chave: História. Memória. Sociedade. Cultura. Escalas espaciais.

1. INTRODUÇÃO: ESPAÇO E HISTÓRIA, RELAÇÕES COMPLEXAS

O presente trabalho tem por objetivo realizar um breve levantamento sobre os conceitos de *espaço* e *região* no campo das ciências humanas, e refletir sobre as complexas relações desses conceitos com a produção do conhecimento histórico. Para esse fim, são utilizados estudos de diferentes autores, produzidos a partir da década de 1970, em diversas áreas do saber que seguem as teorias pós-estruturalistas.

Compreende-se que essa é uma discussão fundamental e necessária dentro do campo da história, pois ela ainda se encontra pouco amadurecida. Desde os anos 1970, muito tem se discutido sobre as noções de tempo na história, apontando-se para a relatividade desse conceito, e para o fato de que sua percepção não é igual para todas as pessoas, em todos os momentos históricos.

Porém, dentro do campo da história, o conceito de espaço ainda foi pouco problematizado. Não raro, encontram-se livros tratando do “Brasil Colônia”, ignorando que nesse período não existia uma noção de Brasil tal qual existe hoje. Mesmo o termo Brasil só se definiu muitos anos depois que se iniciou a exploração, pelos portugueses, de sua porção do território daquilo que acabou-se por designar como continente americano.

Isso ocorre porque, na maioria das vezes, para o historiador, o espaço não é concebido como resultante de processos históricos, produto da ação de sujeitos históricos.¹ Ele é considerado apenas como um “palco” sobre o qual se desenvolvem os eventos da história. Dessa forma, acaba-se por cair no “anacronismo”, ou seja, olhar o passado a partir das referências do presente, “pecado original” do historiador.

Preocupado com essas questões, este estudo objetiva oferecer subsídios para se pensar “espaço” e “região” como conceitos construídos e significados culturalmente, dentro de um processo histórico, que possui desdobramentos políticos e sociais. Procura, no diálogo com outras áreas das ciências humanas, em especial a geografia e antropologia, elementos para se pensar as

¹ Uma excessão a esse quadro seriam os estudos de “história e cidade”, de onde partem muitas das inquietações para se pensar outras escalas espaciais, dentro do campo da história. A esse respeito ver: FENELON, Déa Ribeiro (org.) *Cidades*. São Paulo: Olho d'água, 2000; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004; e MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun, **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

diferentes relações que as pessoas e grupos sociais estabelecem com o espaço, para assim poder pensar nos processos sociais e históricos que engendraram e deram concretude às noções espaciais.

2. ESPAÇO E HISTÓRIA: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL

A historiografia brasileira, desde a década de 2000, produziu muitos estudos sobre as “cidades”, procurando pensá-las e explicá-las a partir de categorias históricas. Porém, entende-se que ao se discutir dimensões como “cidade” e “região”, a questão central que se coloca como necessidade a se problematizar é a própria noção de “espaço”. É nesse sentido que objetiva-se iniciar essa discussão, indo-se para o cerne do debate, pensando como as ciências humanas, a partir da década de 1970, passaram a desnaturalizar as categorias espaciais, procurando entendê-las como construções humanas.

2.1. ESPAÇO: ORIGENS CONTEMPORÂNEAS DE UM DEBATE CONCEITUAL.

A discussão do conceito de “espaço” entrou em voga, em parte, com a dissipação das certezas trazidas pelas teorias estruturalistas e teleológicas que eram hegemônicas nas ciências humanas até a década de 1970. Nesse novo ambiente intelectual, as teorias “pós-estruturalistas” levantam questionamentos profundos sobre o espaço e o tempo, chamando a atenção para seu caráter relativo e para as diferentes formas como são construídos no interior de uma sociedade.

Outro importante fator que trouxe o debate a tona foi o contexto histórico vivido na segunda metade do século XX, em que, diante do movimento de “globalização” da economia, começou-se a reestruturar os Estados nacionais, fazendo emergir novas construções espaciais, como os “Blocos econômicos” e comunidades supra-nacionais. O desenvolvimento do capitalismo em sua fase global também foi acompanhado por outras transformações profundas, como a aceleração na movimentação de pessoas, mercadorias e informações. Nesse novo ambiente mundial, a relação das pessoas com o espaço e o tempo se modificou, apresentando uma necessidade ainda maior de se refletir sobre essas categorias.

2.2. CONFRONTOS: TEMPO *VERSUS* ESPAÇO, PASSANDO PELA VELOCIDADE.

Boa parte dos debates travados no interior dessa discussão tem como ponto de partida a afirmação de Marx, conforme apresenta Smith (2000, p. 156), de que, no capitalismo, ocorreria a “aniquilação do espaço pelo tempo”. Diante disso, abre-se o questionamento sobre se realmente o espaço estaria mesmo fadado a deixar de ser uma categoria significativa, uma vez que, no contexto atual, a velocidade da movimentação humana, de objetos e dos meios de comunicação superaria as distâncias. Assim, o tempo se aceleraria e “aniquilaria” o espaço.

Paul Virilio (1995), arquiteto e filósofo francês, defende que, de fato, ocorreram profundas alterações nas relações espaço/tempo, no período contemporâneo, com a invenção de novas tecnologias de comunicação, que possibilitam a troca de informações e imagens em “tempo real”, e de locomoção, que permitem circundar o mundo em menos de vinte e quatro horas. Outro fator que aponta é a submissão da ciência à técnica, uma vez que os novos conhecimentos, para adquirirem um maior *status* de confiabilidade, recorrem a modernos aparelhos computadorizados de percepção e medição.

Virilio afirma que não está ocorrendo uma vitória do tempo sobre o espaço, mas da velocidade sobre ambos. A velocidade permitiria, então, a “aceleração do tempo”, o “encurtamento de distâncias”, e até mesmo a produção de “novos conhecimentos científicos”. Isso porque, na vida social, as novas tecnologias possibilitaram uma maior velocidade no contato entre pessoas e seus conhecimentos. Com a predominância da Física no século XX, a velocidade, juntamente com a luz e as ondas de radiação e eletromagnetismo passaram a ser o parâmetro para o estabelecimento de padrões e de novas “descobertas”.

Como resultado disso, afirma que a ciência conferiu uma primazia para a velocidade da luz no vácuo, como realidade objetiva, caráter que antes do advento da Física quântica possuíam o espaço e o tempo:

O espaço-tempo da representação ótico-eletrônica do mundo não é mais, portanto, aquele das dimensões físicas da geometria, a profundidade não é mais a do horizonte visual nem a do *ponto de fuga* da perspectiva, mas apenas a da *grandeza primitiva da velocidade*, à *grandeza deste novo vazio (vazio do veloz) que substitui a partir de agora toda extensão, toda profundidade de campo (geométrica, geofísica...)* e que instala o astro solar, o raio luminoso, como referente supremo, padrão da terra, para além dos meridianos, da toesa, do metro; para além da matéria, dos átomos já que, como sabemos, foi o raio de vinte e um centímetros da

molécula de hidrogênio que foi levado para o espaço sideral pela sonda PIONEER para dimensionar nosso sistema solar. O centro do universo não é mais, portanto, nem a terra do “geocentrismo” nem o homem do “antropocentrismo”, *mas antes o ponto luminoso de um “heliocentrismo”, ou antes de um LUMINOCENTRISMO que a relatividade restrita contribuiu para instalar e em relação ao qual as experiências da relatividade geral indicam a ambição desmedida.* (VIRILIO, 1995, pp.32-3, Grifado no original).

Com isso, aponta para uma maior abstração dos conhecimentos científicos, que acabam cada vez mais dialogando com suas próprias categorias e distanciando-se ainda mais da realidade e das relações vividas pelas pessoas. As percepções que elas possuem do espaço seriam as maiores atingidas por essas mudanças, com a abolição das noções de linhas geométricas de Euclides, que remontam a Filosofia da Grécia Antiga e dos padrões de visibilidade e perspectiva instauradas pela pintura do Renascimento da Idade Moderna Ocidental. Apresenta-se, assim, uma intensa fluidez do espaço, maior que a do tempo, resultante das novas formas como a ciência, a tecnologia e também as pessoas em geral concebem os lugares físicos e até mesmo a matéria.

A geógrafa brasileira Ana Carlos (1996) entra nessa discussão, desenvolvendo a noção de que o tempo teria se “relativizado” com o advento da sociedade global, mas o espaço não teria sido abolido. Conforme aponta: “...a meu ver o que se assiste hoje com o grande e rápido desenvolvimento das ciências e da tecnologia aplicada à produção e o conseqüente processo de globalização é que, longe de anularem o espaço, impõem uma nova perspectiva para se pensar o espaço.” (CARLOS, 1996, p. 40). O que teria se modificado, portanto, não seria propriamente o espaço, mas a relação que os seres humanos estabelecem com ele.

A autora reforça sua tese afirmando que a maior velocidade dos meios de transporte motorizados, como o automóvel, pode interferir no tempo de percurso, mas não conseguem reduzir o espaço percorrido. Os apontamentos levantados por Carlos são de grande importância, porém, não encerram o debate, pois dentro de outras perspectivas – que entendem o espaço como um lugar de cultura – abre-se questionamentos sobre se seria possível separar as relações que se estabelecem com o espaço do próprio processo de sua instituição.

2.3. LUGARES E NÃO-LUGARES.

Muitas das questões acima citadas são desenvolvidas por autores que trabalham com a “antropologia do lugar”, como no caso de Marc Augé (2007), antropólogo francês que propõe entender o espaço dentro das características que marcam a *supermodernidade*. Para ele, esse movimento contemporâneo pode ser entendido por meio de um triplo excesso: factual (excesso de informações, contrapondo-se à noção de “aceleração do tempo”); espacial (lugares que se conectam não às identidades pessoais, mas com o mundo); e individualização das referências (a organização da vida na *supermodernidade* é extremamente centrada no indivíduo).

Os *não-lugares* seriam pontos de cruzamento e “expressão completa” dessas três dimensões de excesso da *supermodernidade* (AUGÉ, 2007, p. 100), o que confere grande importância ao espaço, dentro da obra de Augé. Exemplos de não-lugares são apresentados pelo autor logo no início do livro:

Os não lugares são tanto as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos) quanto os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais, ou ainda os campos de trânsito prolongado onde são alojados os refugiados do planeta. (AUGÉ, 2007, p. 36).

Os não-lugares são os espaços do viajante, aquele que passa pelos locais e os observa, mas que não os apreende em profundidade. São os pontos que ligam a globalidade pós-moderna entre si e, portanto, estariam desconectados dos sentidos que as pessoas poderiam lhes atribuir e dos circuitos que envolvem sua identidade e sua vida de maneira geral.

Entretanto, alerta também que lugares e não-lugares não estão, necessariamente, em oposição, pois nenhum espaço possui apenas características de não-lugar, excluindo por completo os elementos que compõem o lugar. Exemplificando, em um aeroporto a maioria das pessoas estão de passagem, porém, muitas outras trabalham ali e tecem relações que não são tão fluidas assim, caracterizando-o como lugar a partir de onde projetam suas vidas e constroem identidades, sejam elas pessoais e/ou profissionais.

Ana Carlos também se insere nesse debate, dialogando com as noções de lugar e de não-lugar, dentro das perspectivas da geografia. Afirma que o lugar é produto das relações humanas com a natureza, permeadas pela cultura e pelas relações sociais. São espaços vividos pelas pessoas e por elas reconhecidos, servindo como base para a construção de suas identidades.

(CARLOS, 1996, p. 29). Em contrapartida, o não-lugar é definido como o espaço da não-identidade, como por exemplo, quando a indústria turística transforma certos locais em mercadorias:

Assim o não-lugar não é a simples negação do lugar, mas uma outra coisa, produto de relações outras; diferencia-se do lugar pelo seu processo de constituição, é nesse caso produto da indústria turística que com sua atividade produz simulacros ou constroem simulacros de lugares, através da não-identidade, mas não pára por aí, pois também se produzem *comportamentos e modos de apropriação* desses lugares. (CARLOS, 1996, p. 117. Grifado no original).

A autora se refere à prática da indústria do turismo incentivar o “fotografar para dizer que visitou”, o “olhar os lugares de uma cidade para dizer que esteve lá” sem, contudo, introduzir as pessoas de maneira mais aprofundada nos significados que cercam os locais visitados ou que os turistas poderiam produzir em uma relação com aqueles espaços. Todavia, assim como Augé, Carlos alerta para o fato de que lugares não são opostos a não-lugares (CARLOS, 1996, p. 117).

A discussão em torno dos “não-lugares” avança no sentido de compreender as novas relações que se estabelecem com o espaço na pós-modernidade. As questões que levantam têm como eixo de reflexão a organização do espaço, enquanto que as pessoas que o “usam” aparecem como coadjuvantes. Resta, então, dialogar com as obras que questionam as formas como as pessoas compreendem e utilizam os espaços. Quais mudanças ou “subversões” elas operam nas normas vigentes e nos lugares por onde passam? Vários autores trilharam caminhos diferenciados, mas buscam responder a questionamentos como esses.

2.4. O ESPAÇO RELATIVO: EM BUSCA DE SUA COMPREENSÃO.

Os antropólogos Akhil Gupta e James Ferguson (2000) também levantam alguns questionamentos sobre as relações entre espaço e cultura, voltando suas atenções às formas como o espaço é significado pelas pessoas, a partir de suas maneiras de viver. Os autores realizam uma severa crítica ao hábito de situar culturas em espaços delimitados, como se ambos estivessem necessariamente associados. Disso resultaria uma visão pouco crítica das relações de poder que definem e instituem as delimitações espaciais, principalmente os estados nacionais.

Os autores também afirmam que o espaço não deixou de ser uma categoria importante para se pensar a dinâmica social, pois não foi excluído pelas pessoas como algo dotado de

sentido, sobre o qual constroem suas identidades. O que ocorreu foi uma mudança na relação que elas estabelecem com o espaço. Chamam a atenção para o fato de que as lutas sociais tornaram-se mais plurais na “pós-modernidade” e, dentro dessa dinâmica, o espaço e o território físico assumiram um grande potencial como instrumento de luta política. Propõem, assim, que seus colegas antropólogos considerem os processos sociais que geram classificações e lugares espacialmente identificáveis. Defendem que, entender o espaço como produto da vida humana em sociedade, é um dos passos para se compreender as novas formas como o poder e a dinâmica social passaram a operar a partir do fim do século XX.

O geógrafo norte-americano Neil Smith (2000) também apresenta importantes questões, tomando como eixo central as formas como as pessoas, em seu cotidiano, lidam com a espacialidade e como a articulam em suas lutas. Concorda que, no capitalismo, existiria o movimento do tempo que tentaria “aniquilar” o espaço, mas afirma que ele sobrevive de diferentes formas.

A “sobrevivência do espaço” se daria por sua dependência das relações que as pessoas estabelecem com suas divisões físicas, as quais designa de *escalas* (entre elas estão o bairro, cidade, região, nação, etc.). Todavia, a solidez desse conceito como uma referência para as práticas humanas é mantida e atestada pelo seu uso metafórico em termos como “espaço da diferença”, “espaço da elite”, o que por vezes dá a impressão de se tratar de algo “objetivo”.

O mote para seu trabalho é composto por duas invenções do artista nova-iorquino Krzysztof Wodiczko, o “Veículo de sem-teto” e o “Poliscar”, obras de arte projetadas para auxiliar a locomoção dos sem-teto pela metrópole. Visam conferir-lhes visibilidade e possibilitá-los “saltar escalas”, atingindo lugares da cidade onde são “indesejados”.

O “Veículo de sem-teto” e o “Poliscar”, de acordo com Smith, surgiram como resposta aos conflitos ocorridos em Nova York, em 1988, na região do *Lower East Side*. Esse local estava sendo “revitalizado”, às custas da exclusão de muitas pessoas, consideradas “marginais”, como prostitutas, sem-teto, moradores pobres, que foram “expulsas” dos locais que habitavam. Esses sujeitos iniciaram uma série de protestos, mas foram derrotados em suas lutas, em parte porque não conseguiram mobilizar pessoas em condições semelhantes no restante da cidade. Os veículos projetados por Wodiczko viriam suprir essa dificuldade, demonstrando, para Smith que “a libertação política exige o acesso ao espaço” (SMITH, 2000, p. 137).

Com base nesses episódios da vida urbana nova-iorquina, o autor inicia as reflexões teóricas que desenvolve em seu texto. Um dos pontos principais da discussão de Smith é a forma como, nos debates políticos, o espaço e suas escalas são considerados como essencialmente “naturais” (SMITH, 2000, p. 138-9). Contrariando essas concepções, afirma que “...a construção da escala é um processo social, (...) um lugar de luta política potencialmente intensa”. (SMITH, 2000, p. 139).

Considerar uma divisão espacial, como a região, por exemplo, como algo “dado”, “objetivo” ou mesmo “natural” significaria negligenciar as intensas lutas políticas e sociais que a construíram. Smith chama a atenção para o fato de que as escalas não são resultado de um olhar neutro, uma mera percepção da realidade, mas uma instituição social, produzida a partir de interesses específicos, engendrados em meio a tensão social.

Porém, frisa que essa “naturalização” do espaço não fica circunscrita ao plano dos debates políticos, compondo também o campo da ciência. Destaca que mesmo o advento das teorias “pós-modernas” ou “pós-estruturalistas”, que abalaram as certezas de inúmeras áreas do saber, ao invés de questionar essa objetividade do espaço, atuaram em sentido contrário:

...com toda a rigidez tornada fluida na teoria social pós-estruturalista e pós-moderna, a fixidez do espaço absoluto proporciona a âncora que amarra as idéias, de outro modo flutuantes, à experiência material. Refratado no espelho de um espaço absoluto altamente rígido, o espaço metafórico abre “lugar para se mover”, o espaço onde se pode ser fecundo, dialético, doador de vida. É desse modo que o espaço metafórico ganha sua riqueza – à custa do espaço material, cujo empobrecimento reforça. (SMITH, 2000, p. 141).

A crítica de Smith refere-se ao fato de que muitas teorias passaram a tomar o espaço como absoluto, e a partir desse “chão seguro”, discutem a relatividade dos demais elementos que compõem o viver em sociedade. O que aniquilaria o espaço, segundo o autor, seria a “objetividade” e a “naturalidade” que a ciência e a sociedade lhe investem. Superar essa “aniquilação” não representaria apenas um avanço em termos de conhecimento, mas também para o campo das lutas sociais. Compreender as disputas e ambigüidades, bem como as relações de poder que cercam os processos de construção de referências espaciais, é munir-se de instrumentos para questionar a exclusão social e a submissão de modos de vida a interesses capitalistas, operados muitas vezes em nome da racionalização e organização do espaço e de

“melhorias” urbanas. Seria uma forma de clarear os “contornos de uma política espacial” para dela participar melhor.

Essa busca por compreender, em profundidade, as relações espaço-cultura na pós-modernidade, também é realizada pelo sociólogo francês Michel de Certeau, na obra “A invenção do cotidiano” (2000). Ao longo de sua obra, tenta entender não como as relações de poder e de dominação são organizadas pela sociedade, mas as formas como as pessoas, utilizam-se dos elementos que serviriam para controlá-los para ocuparem espaços sociais e neles imprimem suas marcas. Para o autor, uma série de microações povoam o campo social, desenvolvidas pelas pessoas que, ao potilizar seu cotidiano, lutam contra as mais diferentes tentativas de dominação.

Para desenvolver sua tese, Certeau elabora dois conceitos fundamentais para seu pensamento: *tática* e *estratégia*. As táticas se referem às “microações” desempenhadas pelas pessoas em seu cotidiano. Frisa que essas pessoas não possuem força para moldar um determinado lugar de poder, mas utilizam-se, à sua maneira, de recursos criados para o controle e a condução de suas atitudes. É o caso do usuário de uma praça, que a utiliza de acordo com seus interesses (para passeio, para protestos, para comércio ambulante, dentre outras possibilidades), mas não possui o poder de moldá-la. As estratégias, por sua vez, referem-se às “operações” que possuem o poder de construir um lugar de poder, de criar recursos e impor normas para a sociedade.

O “espaço”, por sua vez, é uma categoria fundamental para Certeau, que o compreende não apenas a partir de seus aspectos físicos, delimitados geometricamente, mas como localização que confere visibilidade a determinadas relações de poder, conformando-se em uma “prática discursiva”.

Considera o espaço como algo construído no seio de determinadas estratégias e, portanto, produto da ação humana. É a partir disso que o autor observa o caráter narrativo que constrói o espaço físico e a própria cidade:

Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de “operações” (“maneiras de fazer”), a “uma outra espacialidade” (uma experiência “antropológica”, poética e mítica do espaço) e a uma mobilidade *opaca* e *cega* da cidade habitada. Uma cidade transumante, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível. (CERTEAU, 2000, p. 172. Grifado no original).

As pessoas e grupos sociais se apropriam do espaço planejado e organizado pelas políticas públicas e pelo saber urbanista, construindo um “espaço utilizado” que atende aos seus próprios interesses e necessidades. Como formação discursiva, o espaço é construído pelas diferentes formas como é planejado, usado e, enfim, praticado: “Em suma, *o espaço é um lugar praticado*. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres.” (CERTEAU, 2000, p. 202. Grifado no original). Em síntese, o espaço somente pode ser compreendido em sua forma plena quando se apreende o conjunto diversificado de signos e recursos lingüísticos que o envolvem, produzidos em um processo dinâmico e plural, que articula táticas e estratégias de diferentes grupos sociais e indivíduos.

3. REGIÃO E HISTÓRIA: ALGUNS APONTAMENTOS

Destacou-se, anteriormente, que “cidade” foi uma categoria espacial muito problematizada dentro do campo da história, talvez a que melhor tem sido discutida nas últimas décadas. Porém, outra noção espacial muito utilizada pela historiografia, e que interessa aqui, particularmente, é a de “região”.

Sua importância reside no fato dela fundar uma série de estudos de “história regional” ou que reflitam sobre problemáticas que não costumam ser identificadas como representativas de todo o Estado e nem que se limitem aos contornos da cidade. Diante disso, entende-se como necessário pensar essa dimensão do espaço também como construção humana e histórica, recorrendo-se, novamente, a diferentes estudos efetuados nos campos das ciências humanas.

3.1. SUBSÍDIOS PARA UMA REFLEXÃO DE REGIÃO COMO PRODUTO DA HISTÓRIA

Diversos pensadores e teóricos realizaram intensas discussões, refletindo sobre a noção de região. Seus debates sinalizam para as mais diferentes direções e estão longe de formar um consenso. Esses debates, efetuados nas mais diferentes áreas das ciências humanas, fornecem subsídios importantes para que a história possa refletir melhor sobre essa noção.

Uma das mais importantes leituras sobre esse tema é de autoria do sociólogo francês Pierre Bourdieu,² “A identidade e a representação: Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região” capítulo da obra “O poder simbólico”. O autor destaca que as relações de poder não se estabelecem na sociedade apenas a partir do plano econômico, mas utilizam-se também de construções simbólicas, como a própria noção de região.

De acordo com Bourdieu, por meio da linguagem, se reforça, fixa e viabiliza os elementos de controle impostos pelas classes dominantes. Um dos elementos fortes de seu trabalho é mostrar como os intelectuais não atuam de forma neutra, mas dentro de parâmetros estabelecidos pelos grupos dominantes na sociedade.

Destaca, então, que a classificação de um determinado local como *região* não resulta de uma decisão puramente científica, compreendida como algo objetivo, pois, se os diferentes saberes são produzidos dentro de relações de poder estabelecidas na sociedade, logo, toda disputa existente entre as diferentes ciências pelo direito de classificar é também uma luta pelo poder. A região, para Pierre Bourdieu, portanto, é resultado de uma construção simbólica, como produto dessa disputa entre as diferentes áreas do saber, pelo poder de definir os limites e os sentidos a serem atribuídos a uma região.

Outro autor que discute com profundidade o tema, é o geógrafo francês Marcel Roncayolo.³ Ele realiza um levantamento sobre diferentes definições estabelecidas para o conceito na geografia. Dentre outras concepções de região existentes na geografia, destaca aquelas que a definem a partir dos aspectos físicos; aquelas que a pensam como produto de relações econômicas e da circulação de fluxos de mercadorias; aquelas que a compreendem como produto de processos puramente mentais, pensando a região como algo que estaria próximo ao psicológico; ou aquelas que a entendem como espaço de grupos étnicos.

Roncayolo aborda cada uma dessas formas de compreender a região e aponta suas insuficiências. Critica a abstração que se realiza com “região”, tornando-a um “conceito” válido para todas as realidades, em qualquer lugar e tempo. Disso resulta sua compreensão como categoria fixa e, por vezes, como uma forma meramente científica de classificar o espaço. Segundo o autor, não se pode definir a região antes de se efetuar a análise: “A região não é mais do que uma noção histórica modelada pelas situações, os debates, os conflitos que caracterizam

² BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

³ RONCAYOLO, Marcel. Região. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, nº 8 (Região), 1986. pp. 161-89.

um período e um lugar”.⁴ Chama a atenção para a necessidade de se entender a região como problemática social, uma realidade a ser estudada e um produto da ação humana efetuada nas relações sociais.

As reflexões desses teóricos, portanto, abrem caminho para uma investigação de história que envolva o tema. Fornecem subsídios, para que estudos historiográficos deixem de tratar o espaço como mero componente neutro, sobre os quais acontece a história.

3.2. DE NATURAL A PRODUTO DA HISTÓRIA: A REGIÃO PROBLEMATIZADA

Recentemente, dentro do campo da história, alguns trabalhos começaram a problematizar, de forma mais aprofundada, a noção de “região”, a exemplo do que vem acontecendo com o conceito de “cidade”. Analisa-se, historicamente, a conceituação de determinado local como região, tentando entender quem deteve o poder de nomeá-la, e quais forças sociais estavam em jogo no momento em que isso ocorreu. Portanto, busca-se a historicidade da região, tentando entender o processo de seu forjamento.

Dentro da epistemologia histórica, quem desenvolve um trabalho que pode ser considerado divisor de águas, no sentido de discutir a região como produto da história e, de certa forma, inaugurar esse debate é Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Em “A invenção do nordeste e outras artes”,⁵ o autor discute como se processou a construção do nordeste brasileiro como uma região do país.

Conforme aponta Albuquerque, até a década de 1920, o Brasil se dividia em “norte” e “sul” e não existia uma denominação específica para a porção oriental da região setentrional do país. Essa nova divisão, o “nordeste”, foi arquitetada e construída a partir desse período, por meio de intelectuais e demais setores que se articularam em torno das elites pernambucanas.

Conforme destaca o autor, já nas primeiras décadas do século XX ficava patente o declínio das elites do norte, e sua perda de influência nos destinos políticos do país. Visando minimizar a perda de seus poderes, setores tradicionais de estados como Pernambuco e Ceará começaram a se articular, juntando forças e, com isso, disputar recursos e manter privilégios.

⁴ Idem, p. 187.

⁵ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **A invenção do nordeste e outras artes**. 3. Ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

Como parte dessa luta política, criam-se elementos que particularizam o que se convencionou chamar de “nordeste”, do restante do país. Como eixo norteador desses elementos, surge o apego ao tradicional, ao “anti-moderno”, a valorização das manifestações culturais pré-capitalistas e o apego pela história dos engenhos do período colonial. É desse movimento que surge a recorrência do tema da seca, que se torna o símbolo de um nordeste pobre e carente de recursos da união.

Conforme aponta Albuquerque, ao elaborar esse movimento, não se criou simplesmente uma “identidade” para uma região já existente, pois:

A identidade nacional ou regional é uma construção mental, são conceitos sintéticos e abstratos que procuram dar conta de uma generalização intelectual, de uma enorme variedade de experiências efetivas. Falar e ver a nação ou a região não é, a rigor, espelhar estas realidades, mas criá-las. São espaços que se institucionalizam, que ganham foro de verdade. Essas cristalizações de pretensas realidades objetivas nos fazem falta, porque aprendemos a viver por imagens. Nossos territórios existenciais são imagéticos.⁶

Portanto, de acordo com o autor, os elementos culturais que servem de referência a uma determinada região não apenas lhe dão características, ou, em outras palavras, lhe confere uma “identidade”, mas a nomeiam e conferem visibilidade. São instrumentos que servem para conferir concretude ao espaço que se quer criar.

No caso do nordeste brasileiro, fundou-se uma nova região, assentada nos ideais de manutenção de certo tradicionalismo e da carência, advinda da seca. Essas noções, criadas pelos políticos tradicionais de direita, de acordo com Albuquerque, foram sedimentadas por intelectuais da década de 1930, como Graciliano Ramos, que, ao denunciar os problemas sociais da região, reproduzem temas, como a seca, que servem de base aos projetos políticos das elites tradicionais, de manutenção de seu poder.

É nesse sentido que Albuquerque trata a região como uma invenção, uma construção de imagens, mas nem por isso virtual, pois é algo concreto, que envolve projetos políticos e serve de base para a ação humana. É algo historicamente criado e reelaborado ao longo do tempo, de tal forma que acaba parecendo “natural”. É contra essa naturalização que o autor chama a atenção

⁶ Idem. P. 27.

para se pensar na historicidade do regional e, assim, perceber a quais interesses políticos essas construções servem.

A linha de raciocínio adotada por Albuquerque é, como afirmou-se antes, um “divisor de águas”, ou uma perspectiva inaugural nos estudos sobre história e região no Brasil. Muitos estudos, passaram a trabalhar dentro do campo de estudos que o autor inaugura, tratando a região como uma “invenção histórica”.

A historiadora Christiane Marques Szesz, caminha em direção semelhante, no artigo intitulado “O conceito de região: discursos e representações do Paraná” (SZESZ, 1996, p. 27). A autora busca compreender como se tentou instituir uma “identidade regional”, que, articulada ao saber histórico, construiu o Paraná como uma região, como um conceito que se transformou ao longo do tempo e que o tornou uma referência de lugar.

Szesz aponta que as intenções de construir uma identidade regional no Paraná existiram desde o império, porém, sua maior disseminação ocorreu após a república, como forma de auxiliar na construção de uma “identidade nacional” federativa, valorizando temas do lugar como constituintes da nação. Outros fatores também colaboraram com isso, como o fato do espaço físico do Paraná não ser ainda bem definido, pois se necessitava de acordos com Santa Catarina e São Paulo. Essa questão se arrastou até o início do século XX, quando então as indefinidas divisas do estado passaram a ser uma questão do campo da política e não mais apenas da justiça, ocorrendo íntima ligação entre intelectuais e políticos. Nesse aspecto, colocou-se o espaço físico como “unidade de referência” onde seria enquadrada a “cidadania regional”, como aponta a autora: “Assim a região passou, entre outras formas, a ser constituída pela busca dos seus limites físicos, e portanto o espaço físico do território explicitava-se como o elemento em que deveria se traduzir a busca de uma identidade.” (Idem, p. 295).

Conforme aponta a autora, o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná incentivava esse estilo de trabalho, que unia Geografia e História na construção de uma identidade regional. No início do século, também, a obra de Sebastião Paraná apresenta uma Geografia do estado, exaltando a natureza, tal qual os discursos que tentavam fundar uma identidade nacional, na época. Boa parte desse ufanismo também tinha o objetivo de atrair imigrantes para o estado.

Na década de 1920, após as perdas territoriais para Santa Catarina na Guerra do Contestado, o Paraná é “recriado como região”, de acordo com Szesz. Romário Martins e os paranistas tentam criar a idéia de um comunidade fundada nos ideais de “modernização”,

“ordem” e “civilização”. Utilizando-se de recursos simbólicos pretendiam “fundar” o Paraná de maneira “racional” e “moderna”.

Seguindo uma cronologia baseada em décadas, a autora frisa que na década de 1930 o Paraná como região é recriado, novamente. O interventor Manoel Ribas contrata Romário Martins e reproduz, em termos estaduais, a noção de unidade do território que o Estado Novo projetava para o país. A questão no Paraná era delicada, pois o governo federal separou o que hoje seria o Oeste e Sudoeste do Paraná e o Oeste de Santa Catarina, do restante desses estados, criando o Território do Iguaçu.

Szesz afirma que, nesse momento, a obra de Martins pára de buscar uma “verdade histórica” e volta-se para os mitos e lendas, forjando uma memória, nas palavras da autora, instrumento importante para construção da “coesão social”. A obra de Romário Martins, na década de 1940 segue essa linha e, para combater a criação do Estado do Iguaçu, mais uma vez “refunda” o Paraná. A origem desse estado não estaria mais em Curitiba, mas na região da antiga Província espanhola do Guairá (atual Oeste do Paraná).

Na década de 1950 ocorre uma nova reformulação na noção de região que se projeta para o Paraná. O governo estadual percebia o Paraná como um local de franco desenvolvimento, o que atraía migrantes de “todo o país”. Preocupava, assim, que muitos moradores não se sentiam paranaenses, como aqueles que habitavam o norte do estado. Houve investimentos em uma rede de integração de transportes (ferrovias e estradas). Além disso, projetava-se a construção de uma identidade territorial e populacional para o Paraná. Os intelectuais ficariam a missão de “recriar a região”, apresentando elementos que servissem à construção da “identidade regional”.

Brasil Pinheiro Machado, intelectual weberiano, afirmava que o sentido do Paraná não estava na Geografia, nem no componente étnico, mas sim na sua história. Apresenta um paradigma da história do Paraná em *Sinopse da História Regional*, em que afirmava que o estado era resultado de sucessivas colonizações e de seus choques, em um processo “natural” de expansão do movimento colonizatório do núcleo paulista. Os movimentos de colonização definiam não apenas a ocupação do território, mas também as estruturas sócio-econômicas. Szesz destaca que nos anos 1960, a obra de Machado serviu de base para estudos de história regional da UFPR:

Esses estudos aos efetivarem a chamada história regional, e ao assumirem a região como proposição concreta, como conscrição histórica, fazendo dela um referente fixo para seu discurso, estão presos à dizibilidade regionalista, e a uma rede de poderes que sustenta tanto internamente como externamente a idéia de região, como um referencial válido para elaborar um saber. (Idem, p. 314).

Nesse momento fica claro o avanço da autora no debate que propõe, pois a identidade regional não é, para ela, somente um imaginário que se projeta a partir de uma região considerada “natural” ou “fixa”, como ela mesma designa. Os discursos e os saberes historiográficos, ao mesmo tempo, tentam instituir uma identidade regional e também fundar o Paraná como uma noção de região. Isso fica muito evidente próximo ao fim de seu texto:

...falar e ver a região não é a rigor espelhar estas realidades, mas criá-las, instituí-las. As falas sobre o Paraná, são redes de imagens e faças tecidas nas relações sociais. As formas de linguagem consideradas nessa produção de região, o são como ações, práticas inseparáveis de sua instituição. E estas linguagens não apenas representam o real, mais [sic] o instituem.” (Idem, p. 320-1).

Afirma ainda que o campo da história regional (da forma como é realizada) não problematiza a noção de região, mas a sedimenta, buscando argumentos históricos para dar concretude a esses enunciados. Para a autora, a região deve ser entendida como produto histórico, pois não se situa fora do tempo. Amparada em diferentes autores, como Poulantzas, Deleuze e Bourdieu, afirma que a região é uma construção social, resultante de relações de poder que se estruturam na sociedade capitalista.

Portanto, Szesz levanta importantes elementos no sentido de não se compreender a região como algo dado, um espaço construído fora da história e sobre o qual se desenvolvem os processos sociais. Como produto desses mesmos processos, a região é historicamente produzida, e sendo assim, os sucessivos movimentos que tentaram construir uma história regional ou uma identidade regional para o Paraná não estavam apenas retratando aspectos do passado desse local ou projetando imagens sobre ele, mas o construíram de fato como uma referência de lugar, dando visibilidade e fixidez a esse conceito. A discussão de Szesz sobre a instituição do Paraná como região avança nesse sentido por compreender que os movimentos acadêmicos e culturais que procuraram criar uma “identidade paranaense” também realizaram a tarefa de criar o próprio conceito de região e de conferir ao Paraná um sentido de lugar.

Todavia, é importante pontuar, sem a pretensão de retirar os enormes méritos dos trabalhos de Albuquerque e Szesz, que muito avançaram nessa discussão, que as perspectivas adotadas pelos autores se limitam a estudar os sujeitos construtores das noções de região. Não abordam como as pessoas em geral, que não participavam diretamente desses movimentos de difusão de sentidos de “região”, interpretavam esses movimentos políticos e intelectuais que operavam “fundações” e “refundações” de regiões. A busca pelos “conceitos” de região, por sua vez, como fica muito patente no trabalho Szesz, parece cristalizar um processo mais dinâmico, em constante fazer e refazer, em meio a forças hegemônicas.

Por isso é importante pensar em outros referenciais que também podem auxiliar a captar dimensões mais complexas desse processo de instituir-se espaços e regiões. Conceitos-chave de Raymond Williams e Edward Palmer Thompson, bem como de outros autores integrantes dos Estudos Culturais britânicos são fundamentais para esse debate.

3.3. PROBLEMATIZANDO “REGIÃO” A PARTIR DOS ESTUDOS CULTURAIS

Os Estudos Culturais britânicos reúnem intelectuais de esquerda de diferentes áreas do saber, que, a partir de 1956, com a invasão da Hungria, romperam com o Partido Comunista. Sua preocupação principal é a de refletir sobre as relações entre cultura e sociedade, repensando as bases do marxismo.

Apesar das categorias “espaço” e “região” não terem sido diretamente problematizadas por esses estudiosos, suas reflexões apontam caminhos que podem muito auxiliar a pensar essas dimensões, dentro da epistemologia da história. Suas discussões se referem ao movimento da história e da sociedade como um todo, e os conceitos e concepções sobre os quais lançam luz, seguramente possibilitam levar suas reflexões a outros elementos da realidade por eles não discutidos.

Uma das grandes críticas dos Estudos Culturais recai sobre a divisão clássica do marxismo, que separa a realidade em “base” e “superestrutura”, em que a primeira seria composta pela estrutura econômica da sociedade enquanto que a segunda pelas idéias e cultura. Dentro dessa visão, a economia é que interessaria e produziria as mudanças históricas, enquanto que as idéias e cultura seriam elementos secundários, espaços da derivação, de manifestação daquilo que se encontra na “base”.

Raymond Williams, crítico cultural integrante dos Estudos Culturais propõe outras formas de se entender cultura. Ele critica esse processo que a coloca em um plano secundário e que a separa do plano social. Também nos chama a atenção para pensarmos cultura como algo ativo na constituição da sociedade e integrante das relações sociais, conforme destaca, ao historicizar o conceito de cultura:

Em lugar de fazer a história cultural material, que era a fase radical seguinte, ela [a cultura] tornou-se dependente, secundária, “superestrutural”: um campo de “simples” idéias, crenças, artes, costume, determinado pela história material básica. O importante, no caso, não é apenas o elemento de redução; é a reprodução, de forma alterada, da separação entre “cultura” e vida social material que tem sido a tendência dominante do pensamento cultural idealista. Assim, as possibilidades totais do conceito de cultura como um processo social constitutivo, que cria “modos de vida” específicos e diferentes, que poderiam ter sido aprofundados de forma notável pela ênfase no processo social material, foram por longo tempo irrealizadas, e com frequência substituídas na prática por um universalismo abstrato unilinear. (Williams, 1979, p. 25).

A cultura, de acordo com Williams, é um processo que cria modos de vida, portanto, um processo social ativo, que não se isola de outras dimensões do vivido como a economia e a política, e que também não se submete a elas. Articula relações sociais e delinea maneiras de viver diferenciadas e, muitas vezes, em tensão na sociedade.

A visão que Williams possui sobre cultura não a limita a manifestações artísticas e literárias ou mesmo a “alta cultura”. Tampouco a considera como “patrimônio imaterial”, “folclore”, ou outras formas que acabam compreendendo esse conceito de maneira menos politizada.

Pelo contrário, compreende que cultura é uma forma de articular linguagens, que com seu caráter ativo produz transformações sociais e históricas. Isso porque ela possui a capacidade de instituir noções, organizar projetos, interferir nas formas como as pessoas se relacionam com o mundo em que vivem tanto quanto a economia e a política. Não se pode, de acordo com Williams, separar essas dimensões da vida social e nem colocar a cultura em um sub-nível abaixo dos demais ou tratá-la como um conjunto de “curiosidades” ou uma dimensão estética da vida social incapaz de produzir transformações efetivas nas relações sociais.

Justamente por ser entendida com tais características, é preciso reconhecer que a cultura possui uma dimensão política que não se pode subestimar. Como processo que articula

linguagens e organiza maneiras de viver, ela está envolta nas tensões e disputas que marcam o social, assumindo posições.

Esse caráter não-ingênuo da cultura ficou muito marcado em toda a obra de Williams, uma das formas mais significativa como o autor sistematizou suas problematizações foi através do conceito de hegemonia. De acordo com ele, um grupo, ao chegar ao poder, não busca perpetuar sua dominação por meio exclusivo da violência. Ao contrário, cria valores e idéias que vão de encontro a dominação, ou seja. Em outras palavras, esses esforços envolvem a cultura.

A dominação, porém, não ocorre de maneira estática, por meio de um sistema fixo de códigos ou de uma estrutura, mas através de um processo que se renova continuamente, que também não é absoluto, pois se depara com outros movimentos que lhe são alternativos e até mesmo contrários, sofrendo contestação:

Uma hegemonia vivida é sempre um processo. Não é, exceto analiticamente, um sistema ou uma estrutura. É um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis. Isto é, na prática a hegemonia não pode nunca ser singular. Suas estruturas internas são altamente complexas, e podem ser vistas em qualquer análise concreta. Além do mais (e isso é crucial, lembrando-nos o vigor necessário do conceito), não existe apenas passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada. Também sofre uma resistência continuada, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões. Temos então de acrescentar ao conceito de hegemonia o conceito de contra-hegemonia e hegemonia alternativa, que são elementos reais e persistentes na prática (Idem, p. 115-6).

A hegemonia é, então, um processo vivido pelas pessoas, cujos elementos são vivenciados por elas em seu dia a dia e, em muitos casos, tratados em suas consciências. O processo hegemônico se dividiria em três níveis: dominante, residual e emergente. O dominante representa os elementos do processo hegemônico que predominam em determinado período, por exemplo, os valores da burguesia na sociedade contemporânea seriam parte do movimento dominante atual, de nossa sociedade. O residual seria aquilo que existe ainda em nossa sociedade, mas não está incorporado ao dominante, seriam tradições e reminiscências de períodos anteriores que ainda fazem sentido para determinadas pessoas. Por fim, o emergente seria o que se produz de novo na sociedade, podendo ser tanto alternativo ou contrário ao dominante. O emergente, por isso, precisa ser incorporado ao dominante, caso contrário poderá pôr em risco a hegemonia de determinado grupo no comando da sociedade.

O hegemônico, delineado por Williams, ajuda a entender a já mencionada articulação que a cultura realiza, de forças em disputa no campo social, expressando esses confrontos e tensões por meio das mais diferentes linguagens. Apresenta elementos, também, para se entender que os processos de dominação não ocorrem de maneira absoluta, enfrentando contestações e tendo que se transformar perante elas, não podendo simplesmente “manipular” as pessoas.

Insera a cultura não em um processo secundário, como “ideologia” que teria a função de projetar imagens distorcidas da sociedade para ocultar a dominação. Também não a coloca de forma isenta de relações de poder, que estariam em outro lugar, na política institucional, sendo a cultura apenas uma forma de expressar esse poder. Isso ocorre com as discussões de identidade regional, em que a cultura aparece como uma das forças que os grupos dominantes utilizam para cativar a identificação dos grupos dominados.

Para Williams a cultura não apenas reflete e efetua mediações de um poder dominante em outro espaço, mas o integra e opera seus processos efetivos de dominação e/ou de resistência tanto quanto a economia e a política. Seu conceito de hegemonia demonstra muito bem como a linguagem e a cultura são problemas sociais com existência concreta, que compõem os projetos em disputa na sociedade.

Esses referenciais, dentre outros dos Estudos Culturais, podem auxiliar a pensar os processos de instituição de um determinado espaço como região. Pode-se entender esses movimentos como construções de noções hegemônicas de lugar, criadas por diferentes sujeitos, com o objetivo de instituir um referencial espacial. Esses podem ser processos que não se dão em uma via única, mas dentro de um campo de tensão que envolve as relações sociais vividas por sujeitos e grupos sociais.

A derivação da cultura e o ato de relegá-la a um segundo plano contribui para que se apresente aquela visão “naturalizante” do conceito de região. Isso auxilia a prática de estabelecer de antemão o recorte espacial para depois situar-se nele os processos históricos estudados. Dessa maneira se perde de vista as formas como as pessoas se relacionam com o espaço e como o significam.

A transformação de um determinado espaço em uma referência, como uma região, constitui um projeto político e enquanto tal, é pertinente observar os apontamentos do Grupo Memória Popular, ao afirmar que: “...todos os programas políticos envolvem tanto uma construção do passado quanto do futuro...”(Idem, p. 287). Não raro, constrói-se versões do

passado que definem o que é a região, quais seus limites, quais seriam as cidades principais, quais pessoas deveriam habitá-la e quais as posturas que se espera dessa população. Projeta-se sobre o passado os ideais que se pretende para o lugar no presente, com o objetivo de se organizar esse espaço de acordo com os projetos de seus grupos dominantes. A história regional, quando toma de forma acrítica e naturalizada a noção de “região”, pode colaborar com esse movimento.

Explorar as dimensões mais profundas dessa memória hegemônica, que de fato, funda determinado território como uma região, não deve excluir, entretanto, a necessidade de se explorar como outros sujeitos e grupos sociais, se posicionaram perante esse projetos hegemônicos de região, instituídos e realimentados constantemente, que se operam no campo da memória. Conforme aponta também o Grupo Memória Popular, é importante que o estudo da memória seja relacional:

...gostaríamos de enfatizar que o estudo da memória popular não pode se restringir somente a este nível [público]. Este é necessariamente um estudo *relacional*. Deve-se incluir tanto a representação histórica dominante no âmbito público quanto procurar ampliar ou generalizar experiências subordinadas ou privadas. Como todas as disputas, deve ter dois lados. Nos estudos concretos, memórias privadas não podem ser facilmente desvinculadas dos efeitos dos discursos históricos dominantes. Muitas vezes são estes que suprem os próprios termos por meio dos quais uma história privada é pensada. (GRUPO MEMÓRIA POPULAR, 2004, p. 286).

Buscar as formas como pessoas pertencentes a grupos não diretamente ligados às forças hegemônicas compreenderam todos esses processos de criação de uma determinada região, e de sua “história”, e com ele se relacionaram, é uma das formas de compreender os limites dessas construções hegemônicas, as resistências e outros elementos que pressionaram por mudanças ou até mesmo impediram que muitos de seus objetivos se concretizassem. Nesse sentido, é preciso refletir não apenas sobre qual região queria se criar, para beneficiar quais sujeitos, mas verificar se isso foi possível, e se outros grupos não conseguiram imprimir suas marcas nos projetos dominantes.

Para conseguir isso, é preciso buscar as memórias populares, que expressam as trajetórias de vida dessas pessoas e as formas como elas viveram a região. Nesse caminho, além dos conceitos de Williams aqui apresentados, são de grande valia outros elaborados pelo historiador britânico Edward Palmer Thompson, que realiza o trabalho de repensar uma série de conceitos básicos para o marxismo, sem, todavia, abandonar essa corrente teórica.

Thompson concorda com as críticas realizadas por Williams com relação à divisão da realidade em “base” e “superestrutura” e também com sua noção de cultura, não a compreendendo como algo secundário ou dependente do econômico. Compreende também que as transformações operadas na história não foram obra das estruturas econômicas, mas das ações humanas. Uma forma de explicar a ação humana na história foi sintetizada pelo autor por meio de seu conceito de experiência, apresentado em meio às críticas às concepções de ideologia do filósofo marxista francês, Louis Althusser:

O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: “experiência humana”. É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de “empirismo”. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182).

De acordo com Thompson, os seres humanos se deparam com diversas limitações, que provém de diferentes setores que compõem a realidade, entre eles está o econômico, por exemplo, pois as pessoas encaram situações cujo controle absoluto não possuem. Entretanto, não são determinados por esses elementos constituintes do real, de forma que não possuam liberdade para estabelecer uma relação criativa com o mundo em que vivem. Explica, então, que as diferentes tensões, limites e pressões com que as pessoas se deparam cotidianamente são tratados em sua consciência e cultura, e após isso, elas atuam, operando as transformações históricas.

A “experiência humana”, assim, seria a chave para a compreensão da ação humana na história e para se entender os seres humanos não como determinados pelas estruturas econômicas e políticas, mas como seres que interagem com o mundo em que vivem e que possuem potência para produzir mudanças na sociedade. Dessa forma, Thompson também compreende “classe social” como parte da produção humana. Ao analisar a classe operária inglesa, destaca que não foi a revolução industrial ou o sistema capitalista, por si somente, que a produziu. Para ele, a classe não é resultado de uma contradição econômica, uma estrutura ou mesmo uma mera categoria de análise acadêmica e abstrata:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas (THOMPSON, 1987, p. 9).

A classe, para Thompson, não é algo “natural” ou mesmo “universal”, válido para todos os tempos e lugares, mas algo historicamente construído pelos trabalhadores, na condição de sujeitos que operam sobre sua realidade social. Trata-se de uma formulação humana, realizada pela consciência e na experiência desses sujeitos.

Pode-se pensar, então, a classe social como algo que se elabora efetivamente nas relações sociais tecidas pelos trabalhadores, produzida e reproduzida constantemente em sua experiência, com momentos de embates e outros de consenso, não sendo algo fixo ou mesmo resultado de um desenvolvimento evolutivo inexorável. O conceito de classe de Thompson auxilia a pensar uma classe trabalhadora que não se forma apenas no espaço da fábrica, mas em diferentes ofícios, construindo sua cultura não de forma isolada, mas em relação com outros estratos da sociedade.

Ao se refletir sobre uma determinada noção de região e as formas como se constrói e se significa o espaço, é preciso levar em consideração não apenas seu apelo à coesão em um determinado local. É necessário considerar que o espaço e região são noções que se produzem na experiência humana, tendo-se em vista que essa não é uma experiência homogênea, mas contraditória e elaborada em meio as tensões do social e de classe.

Assim, a região emerge não como um conceito cristalizado, mas como realidade social criada e continuamente realimentada, tendo a memória como grande elemento que lhe confere materialidade, visibilidade e sustentação. Uma memória que não se constrói como “ideologia”, mas como campo de disputas que tem como terreno comum as relações sociais e as tensões e conflitos que se travam entre diferentes sujeitos.

Portanto, eleger um determinado espaço como região, não se configura em um simples ato neutro e científico, mas resulta de lutas entre forças sociais distintas. Ter o controle sobre o espaço, e o direito de nomeá-lo, é também um exercício e uma forma de conquistar poder. É preciso desconfiar das noções que pensam essas ações como algo tranquilo, desvinculado das relações de classe, entendendo a “região” como algo “natural” ou “objetivo.

4. APONTAMENTOS FINAIS: O ESPAÇO COMO PRODUTO DA HISTÓRIA.

Os autores aqui apresentados colocam em questão a necessidade de se pensar o espaço e a região como produto de relações sociais e históricas, como um importante instrumento de poder, estando muito longe de se configurar em algo “natural”. Apontam para a necessidade de pensar o espaço não como algo objetivo, mas como construção social, destacando a necessidade também de se refletir sobre como, diferentes pessoas e grupos sociais, lidam com os referentes espaciais, como significam “escalas” e “lugares”. Isso poderia auxiliar, principalmente os grupos subalternos da sociedade, a utilizar o espaço como um instrumento de luta social e política.

Abre-se, então, a possibilidade de se investigar o espaço e, conseqüentemente, a região, na qualidade de elemento socialmente criado e recriado nas relações sociais e nos referentes culturais das pessoas. A história apresenta importantes perspectivas para se compreender esse processo dinâmico e plural que forma e dá contornos às diferentes escalas espaciais. Para tanto, precisa-se perceber os sentidos que os diferentes sujeitos e grupos sociais envolvidos nesse processo imprimiram e imprimem ao que se designou de *região*, *cidade* ou mesmo *país* e como essas noções adquirem significado e se articulam com suas lutas políticas, sociais e suas relações de classe. É preciso entender esse espaço como lugar do vivido e como lugar do fazer histórico.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **A invenção do nordeste e outras artes**. 3. Ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas/SP: Papyrus, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2000.

FENELON, Déa Ribeiro (org.) *Cidades*. São Paulo: Olho d'água, 2000.

FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

GUPTA, Akhil & FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: Espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antônio Augusto. **O espaço da diferença**. Campinas/SP: Papyrus, 2000. pp. 30-49.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. “Memória popular: teoria, política, método”. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004.

MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d’Água, 2006.

RONCAYOLO, Marcel. Região. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, nº 8 (Região), 1986. pp. 161-89.

SZESZ, Christiane Marques. O conceito de região: discursos e representações do Paraná. In: **Cultura e cidadania**. Curitiba: ANPUH/PR, vol. 1, p. 293-322, 1996.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antônio Augusto. **O espaço da diferença**. Campinas/SP: Papyrus, 2000. pp.133-175.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. V. I, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. “O termo ausente: experiência”. **A miséria da teoria ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981.

VIRILIO, Paul. **O espaço crítico**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar ed. 1979.